



<b>Bolsas</b> Na segunda-feira	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias	<b>Dólar</b> Na segunda-feira	<b>Salário mínimo</b>	<b>Euro</b>	<b>CDI</b>	<b>CDB</b>	<b>Inflação</b>
0,23% São Paulo	113.144	R\$ 4,888 (- 0,17%)	R\$ 1.320	R\$ 5,242	12,15%	12,14%	IPCA do IBGE (em %)
0,01% Nova York	118.427						Maio/2023 0,23
	31/10 1/11 3/11 06/11						Junho/2023 -0,8
							Julho/2023 0,12
							Agosto/2023 0,23
							Setembro/2023 0,26

## CONTAS PÚBLICAS

# Pacheco e Arthur Lira defendem deficit zero

Em contraposição a Lula, presidentes das duas Casas do Congresso sustentam proposta do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de manter meta fiscal do próximo ano

» FERNANDA STRICKLAND  
» RENATO SOUZA  
» EDLA LULA



**"Se não atingir a meta, não é porque não quer, é porque não conseguiu. Se não conseguir mesmo, tem as consequências do arcabouço, que serão aplicadas"**

Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados

Em um sinal de apoio ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, os presidentes do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmaram, ontem, que o chefe da equipe econômica do governo deve continuar buscando a meta de deficit fiscal zero no ano que vem. As afirmações, feitas durante evento promovido pelo banco BTG Pactual, em São Paulo, se contrapõem a declarações recentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a meta dificilmente será alcançada e poderá ser substituída. Lula disse ainda que não pretende cortar gastos para garantir o deficit zero.

"Estabeleceu-se uma meta de redução do deficit, de deficit zero no Brasil. Essa meta deve ser continuamente perseguida e buscada. Se, lá na frente, ela não for alcançada, é uma outra coisa. Mas nós não podemos deixar de ter a tônica do combate ao deficit público e do crescimento de receitas que sejam sustentáveis", afirmou o presidente do Senado.

Lira, por sua vez, disse ter sido informado pelo próprio Haddad de que ele vai continuar perseguindo a meta. "O ministro Haddad ratificou, em reunião conosco, e publicamente, que vai continuar perseguindo o deficit zero", disse.

O presidente da Câmara afirmou ainda que, caso a meta não seja cumprida, devem ser

aplicadas as regras do arcabouço fiscal. "Se não atingir, não é porque não quer, é porque não conseguiu. Se não conseguir mesmo, tem as consequências do arcabouço, que serão aplicadas", emendou o deputado. As regras do arcabouço fiscal preveem que, caso haja a avaliação de que a meta não será cumprida, o governo deve bloquear gastos, o que Lula quer evitar.

Lira disse, ainda, que "dificilmente" o Congresso fará uma proposta de alteração da meta fiscal. "Está votado e aprovado, e penso que não deverá haver mudanças na meta do arcabouço pelo Congresso Nacional", declarou o deputado alagoano. Pacheco e Lira falaram em momentos distintos do evento, que também teve a presença de Haddad. O ministro, que discursou antes dos

parlamentares, não comentou diretamente a questão da meta.

Caso queira mudar a meta agora, o governo pode enviar uma mensagem modificativa ao relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), deputado Danilo Forte (União Brasil-CE). Essa alternativa, contudo, só vale até a votação do parecer preliminar da LDO, que deve ocorrer nesta terça-feira na Comissão Mista de Orçamento.

### Relatório

Entretanto, Danilo Forte vai apresentar o parecer mantendo a meta de deficit zero em 2024, como está no projeto encaminhado pelo governo em abril. Dessa forma, a decisão sobre uma eventual mudança deve ficar mesmo com o Congresso. No decorrer dos debates, deputados e senadores, em negociação com o governo, decidirão sobre a necessidade ou não de mudança.

Forte calcula que a votação do seu parecer no Plenário do Congresso será concluída entre 20 e 22 de novembro. De acordo com a Constituição, somente com a aprovação da LDO será possível votar o Projeto Lei Orçamentária (PLOA) do ano que vem.

Haddad ainda tenta convencer Lula a não fazer mudanças no objetivo fiscal pelo menos até março, quando sai o primeiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do próximo ano. O documento dirá se haverá receita suficiente para cobrir as despesas do Executivo.

Divulgação



Arthur Lira no evento do BTG: Congresso não deve propor mudança da meta prevista na LDO

Informe Publicitário

**MAIS IMPOSTO SOBRE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS VAI PREJUDICAR OS INVESTIMENTOS E AUMENTAR A INFILAÇÃO**

**Brasil perderá competitividade e atratividade no mercado internacional com novo imposto, que ainda irá impactar na inflação do país**

O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás apoia uma reforma que simplifique e modernize o sistema tributário nacional. E a PEC 45/19 é o instrumento para esta simplificação. Mas o Imposto Seletivo sobre o setor de petróleo e gás, incluído no texto em discussão no Senado, prejudicará a indústria e toda a sociedade.

Aumentar impostos sobre a extração de petróleo e gás e na comercialização de combustíveis vai encarecer produtos essenciais ao desenvolvimento econômico e bem-estar da sociedade. Além disso, a indústria de petróleo e gás já tem alta carga tributária, chegando a 70%. O Imposto Seletivo, como proposto, impõe uma verdadeira bitributação, pois na exploração e produção já existe o pagamento de royalties e participações especiais. Os combustíveis, por outro lado, já são tributados por PIS/COFINS, CIDE-Combustíveis e ICMS.

Em relação ao gás natural, a previsão de um Imposto Seletivo vai na contramão de iniciativas do governo, tais como o "Gás para Empregar" e o "Gás para Indústria", que visam aumentar a competitividade de um insumo indispensável para o crescimento e a descarbonização do setor industrial. Também gerará impactos no custo da energia elétrica, afinal, o gás é insumo importante para a geração de energia.

**A possibilidade do fim da cobrança única é um retrocesso**

A reforma pode não aplicar ao IBS a sistemática atual de cobrança única e uniforme de ICMS, por produto, em todo o país. Seria trazer de volta para o setor uma tributação complexa que abre espaço para fraudes e sonegação, aumentando o mercado irregular. Para o IBP, seria um grande retrocesso.

**Setor de petróleo e gás natural gera empregos e recursos para o país**

O Brasil é o nono maior produtor de petróleo e possui o nono maior parque de refino do mundo. Este setor gera 1,6 milhão de empregos diretos e indiretos e contribui com o desenvolvimento nacional, por meio da geração de receitas para União, Estados e Municípios.

Além disso, o setor de petróleo e gás natural é uma alavanca importante para viabilizar a transição energética, garantindo segurança no abastecimento e aportando recursos e expertise para o desenvolvimento de tecnologias direcionadas a uma economia de baixo carbono.

## Alckmin minimiza mudança

» ROSANA HESSEL

Cadu Gomes / VPR



Alckmin, com Ilan Goldfajn, presidente do BID: compromisso

Segundo ele, a crítica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à meta fiscal — que ainda não foi aprovada pelo Congresso, pois depende da aprovação do PLDO — levou em consideração a piora no cenário global.

"O que o presidente Lula colocou é que, no momento de cenário mundial de menor crescimento, você precisa ter uma preocupação com os brasileiros. Precisa ter uma preocupação com os trabalhadores, com aqueles que precisam mais, no momento desse cenário mundial mais complexo", afirmou.

### Acordo

A fala de Alckmin ocorreu após reunião, na sede da vice-presidência, no Palácio do Planalto, com o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn. Ambos assinaram um acordo de facilitação do comércio exterior, envolvendo um aporte de R\$ 5 milhões para a digitalização de cinco órgãos do governo federal no Portal Único voltado para desburocratizar as exportações e as importações.

Além da Superfície



Acesse e saiba mais sobre o setor de óleo e gás: [alemdasuperficie.org](http://alemdasuperficie.org)